



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 17^a PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No vigésimo nono dia do mês de outubro de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida
2 Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de
3 pauta: 1º) **Ata (Plen. Ord. 13ª de 20/08/15) e Expedientes; 2º) Conferência de Saúde; 3º) Relato**
4 **de Comissões; 4º) Relatório Detalhado de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2015;**
5 **5º) Assuntos Gerais. Titulares:** Zilá Cohen, João de Deus, Alcides Pozzobon, Camila Jacques, Ana
6 Valls, Célia Chaves, Odil Gomes, José Hélio, Fernanda da Cunha, Ivete Dornelles, Ana Albernaz,
7 Claudio Augustin, Ronaldo Bordin, Alexandra Ximendes, Adão Zanandréa, Carolina Gyenes,
8 Sandra Leon, Eni Bahia, Luiz Bolzan, Rosemeri Suzin, Juliana Wingert, Luciane Bica, Viviane
9 Menezes, Elson Farias, Carlos Weber, Aglaé Regina. **Suplentes:** Paula Fortunato, Denise Teixeira,
10 Ivanir dos Santos, Mara Lucia Soeiro e Carlos Martins. Célia abre a plenária informando os
11 conselheiros de que a partir dessa plenária, anotarão o nome e a entidade do conselheiro em cada
12 votação, caso o resultado não for unânime. Ela diz que devido alguns questionamentos na última
13 votação, se deram conta de que no regimento interno do Conselho, ele prevê a anotação da
14 identificação dos votantes, e não somente a contagem como estava sendo feito. Ela inicia o primeiro
15 ponto de pauta sobre a ata da 13ª Plenária Ordinária do CES, e põe em avaliação a mesma. Denise
16 solicita a correção do seu nome na ata, diz que na linha 9 o seu primeiro nome está como "Daniela".
17 Sem mais nenhuma correção, Célia põe em votação a ata, a mesma foi aprovada sem nenhum voto
18 contra e com uma abstenção da conselheira Ana Valls da AGAPAN. Célia passa de imediato para a
19 pauta da Conferência de Saúde, ela diz que quando definiram os critérios na escolha dos 16
20 convidados para a conferência, receberam as inscrições dos conselheiros, porém não receberam
21 inscrições suficientes na paridade de usuários dentro dos convidados, diz que trabalhadores e
22 gestores estão com inscrições suficientes e com algumas inscrições a mais. Ela diz que tem duas
23 questões para definir, uma é se eles completam essa delegação de convidados com as inscrições que
24 eles tem, lembrando que terão mais trabalhadores do que usuários, ou se eles deixam a delegação
25 com a paridade que ela está, e diz que se escolherem completar com as inscrições, deverão
26 estabelecer um critério. Ela abre espaço para sugestões de encaminhamento ou questionamentos.
27 Medusa do Conselho Municipal de Saúde de Gravataí, diz que já enviou para o CES um documento
28 de que gostariam de participar da conferência como delegado titular, mas que ainda não recebeu a
29 devolução do mesmo. Ele diz que tinha falado com o conselheiro Cláudio sobre os problemas que
30 tiveram na conferência. Ele diz também que se interessaram nessas inscrições de convidados, mas
31 diz que não conseguiram enviar um e-mail e um documento com as inscrições para o CES, e diz
32 que essa falta de inscrições para usuários pode ter sido resultado disso. Cláudio diz que não recebeu
33 os documentos de Gravataí, ele garante que isso teria sido analisado. Célia diz que os delegados já
34 foram inscritos e enviados para a conferência nacional e que tinham prazo legal para definir isso,
35 até para poderem fazer o Decreto do RS para pagarem as despesas e o deslocamento. Célia diz que
36 não vê motivo em mandarem a lista de convidados com paridade, pois eles não tem direito a voto.
37 Célia põe em votação o seguinte encaminhamento de enviarem a delegação dos 16 convidados da
38 maneira que ela está, sem paridade, o encaminhamento foi aprovado pela plenária por unanimidade.
39 Ela diz que dos trabalhadores inscritos, 3 tem dois certificados das conferências e 6 trabalhadores
40 que tem um certificado, ela diz que terão que fazer um sorteio entre esses 6 trabalhadores para
41 escolherem 4 para completarem a delegação. Ela faz o sorteio e diz os nomes, Vera Lúcia, Ivete
42 Dornelles, Glória Pinheiro e Diva da Costa, ela diz também os nomes dois não sorteados, Alberto

43 Terres e Riene dos Santos, ela diz que farão a lista dos convidados e divulgarão em breve. Ela diz
44 que ainda no assunto da conferência, de que precisam discutir sobre o Regulamento da Conferencia
45 Nacional que saiu recentemente. Ela diz que o Conselho Nacional deixou aberto o regulamento para
46 sugestões de alteração, ela diz que trouxeram para a plenária algumas propostas de alteração.
47 Cláudio faz a apresentação do regulamento, mostra todos os itens que eles acharam melhor alterar.
48 Após a apresentação, Célia abre a plenária para questionamentos ou sugestões de alteração. João de
49 Deus diz que não está satisfeito com o regulamento, e sugere que o CES peça a programação da
50 Conferencia Nacional. Célia responde que na plenária do Conselho Nacional de novembro,
51 aprovarão o regulamento junto com a programação. José Hélio diz que não entendeu na questão do
52 artigo 11º, pergunta como vão botar 4 grupos para discutir cada um dos 7 eixos, sendo que são 24
53 grupos no total, ele é respondido de que na verdade são 28 grupos de trabalho, e de que o oitavo
54 eixo será discutido por todos os grupos. Camila diz que não está especificado em qual grupo eles
55 vão ficar, e deixa a preocupação se vai se manter uma linha de discussão qualificada se cada um
56 saber do seu grupo somente no dia, não só essa questão dos grupos mas também o retorno das
57 propostas de alteração. Célia responde que provavelmente já tenham em mãos o caderno nacional
58 no dia 20, em que ocorrerá reunião da delegação, e poderão avaliar se as propostas foram
59 contempladas, ela diz na questão da escolha dos grupos acha que os delegados serão distribuídos
60 nos grupos de trabalhos de forma aleatória. Cláudio diz na questão do regulamento, que se for
61 mantida a concepção de que 3% dos delegados definirão a aprovação ou não do conjunto das
62 liberações, ele pretende entrar com uma ação de abuso de autoridade, segundo ele isso é
63 extremamente antidemocrático. Aglaé diz que concorda com o questionamento do conselheiro
64 Cláudio e diz que devem se manifestar, diz que o processo das conferências hoje em dia não está
65 sendo democrático e acha que a Conferencia Nacional vai ser mais complicada ainda. Célia diz que
66 a proposta de encaminhamento feita no momento é de que o CES mande para o Conselho Nacional
67 as propostas de alterações no regulamento junto com as críticas, na forma de um documento e
68 também colocar o mesmo no sistema. Ela põe em votação o seguinte encaminhamento, o mesmo foi
69 aprovado por unanimidade pela plenária, ela avisa os conselheiros que eles também podem mandar
70 propostas de alterações até o dia 3 de setembro. Célia passa para a pauta do relato de comissões, e
71 diz que a Comissão de Saúde Mental tem um relato importante e pede para a conselheira Sandra
72 Leon fazer o relato de imediato. Sandra Leon diz que esteve no movimento da Saúde Mental em
73 Alegrete, a 5ª Parada do Orgulho Louco, onde a Comissão de Saúde Mental esteve presente
74 representando o CES e acompanhando as ações, diz que tiveram uma participação muito grande e
75 com muitos usuários de saúde mental, e diz que o movimento foi muito bom. Ela diz que foram
76 surpreendidos por uma nota no Correio do Povo, uma nota de repúdio ao movimento feita por
77 entidades como SIMERS, CREMERS, AMRIGS entre outras, dizendo que esse evento era
78 revoltoso, desrespeitante e que os usuários foram expostos publicamente nesse evento. Ela diz que
79 tem uma nota da coordenação de saúde mental, onde diz que a única pessoa que pode falar pelo
80 usuário na saúde mental é o curador dele, ela diz que fizeram uma nota que contrapõe essa ideia,
81 dizendo que o usuário não é um ser incapaz e não é uma pessoa que não tem o direito de falar por si
82 mesmo, ele é um ser com limitações mas com todas as possibilidades. Ela lê a nota para a plenária e
83 pede a atenção dos conselheiros, ao terminar a leitura diz que essa nota é fundamental como
84 posicionamento do CES, e que ela aponta diretamente para a reforma psiquiátrica. Célia abre a
85 plenária para diálogos e questionamentos. Zilá diz que devem apoiar tudo que for para lutar contra o
86 preconceito em relação a doença mental, e acha que essa atitude da conselheira Sandra Leon muito
87 bonita. Ela diz que tem um filho esquizofrênico e tem muito orgulho dele, e diz que as pessoas
88 devem ter paciência e que as pessoas com esquizofrenia e doença mental são diferentes, mas que
89 vale muito a pena conviver com elas. Luiz Bolzan diz que esse evento é importante para o usuário
90 pois defende a forma de não aprisionamento. Ele diz que o COSEMS se manifesta a favor dessa
91 nota feita pela Comissão de Saúde Mental e contrário a posição que as entidades médicas tomaram,
92 e entendem que a saúde mental é uma reforma inconclusa que deve ser alcançado e que esse evento
93 contribui nesse sentido. Carlos diz que a diferença não existe e que ela é algo que os ser humano
94 criou, ele diz que as pessoas só conseguirão aceitar as diferenças quando conviverem com elas. Ele

95 diz que a nota apresentada pela conselheira Sandra Leon é muito bem escrita, e diz que a nota feita
96 pelas entidades médicas foi muito grosseira. Odil diz que acompanha o trabalho da conselheira
97 Sandra Leon a muito tempo, e que ele tem muita admiração pelo trabalho dela. Ele diz que não
98 tinha médicos com esse tipo de postura como a que foi colocada na nota feita pelas entidades
99 médicas, e diz que fica indignado quando vê que parece que o mercado de trabalho tem que ser
100 assegurado a qualquer custo. Sandra Leon deixa claro que tem muitos médicos e psiquiatras nesse
101 movimento da reforma psiquiátrica, e que essa nota de repúdio feita pelas entidades médicas não os
102 representam. Sem mais manifestações, Célia põe em votação a nota feita pela Comissão de Saúde
103 Mental, diz que ela sairá como uma nota do CES junto com a Comissão de Saúde Mental se ela for
104 aprovada. A nota foi aprovada pela plenária por maioria, com um voto contrário do SIMERS e duas
105 abstenções do SES. João de Deus traz uma informação ainda na pauta de comissões, sobre o
106 conselho gestor do Hospital Conceição. Ele diz que esse conselho gestor, fez modificações junto
107 com o conselho gestor do Hospital da Criança Conceição, diz que a posse de conselheiros
108 trabalhadores entre os 16 do conselho gestor, vai ser decidido no dia 25 de novembro, e faz um
109 convite para a plenária e ao Secretário Adjunto presente na plenária, e diz que enviará um convite
110 ofício para o Secretário e para todos os conselheiros. Célia passa de imediato para a última pauta,
111 sobre o relatório da prestação de contas do quadrimestre de 2015, que vai ser apresentado pela SES.
112 Aglaé diz antes da apresentação, que esse relatório já foi encaminhado com antecedência, e que
113 farão uma apresentação mais detalhada sobre ele. Ela faz a apresentação do relatório, mostrando os
114 objetivos e o resultado da execução orçamentaria e financeira no âmbito da saúde, ela encerra a
115 apresentação dizendo que a melhoria do acesso, da qualidade e da prevenção na saúde, é um dos
116 objetivos do Governo do Estado. Após a apresentação, Célia abre espaço na plenária para
117 questionamentos. Luiz Bolzan parabeniza o Estado pelas metas que foram atingidas, e diz que isso
118 demonstra que o serviço teve andamento. Ele pergunta para o Secretário Adjunto Francisco Paz,
119 sobre os repasses do mês de agosto e setembro, se eles serão feitos, diz que segundo uma
120 manifestação do Secretário da Fazenda, dizendo que o repasse seria feito mas algumas áreas seriam
121 afetadas, e não deixou claro quais seriam, ele pergunta ao Francisco se a área da saúde seria uma
122 delas. Ele pergunta que não viu na apresentação nenhum dado específico sobre o SAMU, e pergunta
123 se houve um aproveitamento dos dois helicópteros que foram ano passado no SAMU, ou se eles
124 foram aproveitados pela brigada militar como foi anunciado em um portal. Ele faz uma observação
125 não só desse governo mas de outros anteriores, da disparidade entre o percentual aplicado para a
126 atenção básica que foi em torno de 3,26%, e o aplicado na média e alta que foram acima de 55%
127 dos recursos investidos, e pede em nome do COSEMS mais atenção nisso. Francisco Paz responde
128 o conselheiro na questão dos pagamentos, diz que não tem a previsão do dia exato em que o
129 pagamento será feito. Ele responde na questão dos helicópteros, de que na verdade estão com um
130 helicóptero em condições de voo, e que o outro estará em condições no início de dezembro, e diz
131 que eles serão pilotados por agentes da brigada, mas diz que eles não foram passados para a
132 brigada. Ele diz que existe uma distorção de aplicação de recursos no entendimento deles, diz que
133 estão em um processo de reversão e acreditam que estará concluído no início de 2017. Ele diz que
134 se trata de um movimento de reestruturação dos sistemas regionais de saúde, e que será sediado em
135 cima da atenção primária, e diz que esse movimento incorpora uma discussão com todos os
136 secretários municipais, prestadores e com a organização das redes de atenção a saúde. Ele diz que
137 inverterão a lógica histórica do Estado, dos contratos serem encaminhados pela oferta de serviço
138 para a necessidade de organização da rede. Célia diz no questionamento do conselheiro Luis
139 Bolzan, de que a soma da porcentagem de outras ações junto com a atenção básica não chega nem
140 em 8%, e diz que o problema levantado pelo conselheiro é muito importante. Francisco Paz diz que
141 os atrasos dos repasses aos municípios desse ano também são responsáveis por esses números
142 baixos, ele diz que fizeram um levantamento em dezembro de 2014, de que os saldos de recursos
143 estocados em banco no Estado do RS era de 100 milhões de reais, dos quais 80% era da vigilância,
144 e diz que esse recurso foi remanejado para atender outras demandas, e que foi feito um alerta para
145 que a vigilância fosse mais empreendedora mas suas ações. Ana Valls diz no seu primeiro
146 questionamento, que na diretriz 1 onde os indicadores mostram um resultado do segundo

147 quadrimestre e a meta anual, e que conta é baseada em equipe de Saúde da Família e em carga
148 horaria médica, e na diretriz 4 que é baseada na carga horaria do cirurgião dentista. Ela diz no seu
149 entendimento, de que esse calculo de atendimento é baseado nas horas em que os médicos
150 trabalham e não pelo número de pessoas que acessaram o serviço, e diz que com isso eles ainda não
151 tem um atendimento real. Ela diz que seu segundo questionamento é sobre os medicamentos
152 especiais, diz que ouve uma baixa de quase 400 mil entre o primeiro quadrimestre e o segundo, e
153 diz que receberam denúncias de falta de medicamentos e de dificuldade de acesso aos
154 medicamentos especiais. Ela pergunta se a razão para essa baixa é devido a falta de necessidade
155 desses 400 mil, ou se houve outro problema. Elson diz no primeiro questionamento da conselheira
156 Ana Valls de que medir acesso é complicado, diz que o que foi colocado foi a história 3 mil e
157 quinhentas pessoas por equipe e mais a lógica da atenção básica. André complementa dizendo que
158 os sete indicadores pactuados no quadrimestre são os mesmos da Resolução 459 do Conselho
159 Nacional de Saúde, diz que são importantes pois são acompanhados em todo o território Nacional.
160 Francisco Paz diz no questionamento dos medicamentos especiais, que nesse ano trabalharam muito
161 com períodos de desabastecimento pois tiveram problemas com fornecedores e com recursos, diz
162 que estão com esses problemas desde janeiro e que estão numa tentativa dentro dessa falta de
163 recursos de regularizar a aquisição dos medicamentos do Estado. Ele diz que há um problema na
164 entrega de penicilinas das indústrias farmacêuticas e também de entendimento. Ana Valls diz que
165 observaram na farmácia do Estado, de que não existem somente problemas com medicamentos mas
166 também com problemas de acessos do usuário ao ambiente. Ela diz que outro problema é a respeito
167 da contratação de uma empresa para entregar medicamentos na casa dos usuários, e diz que isso
168 precisa ser analisado e consertado. Francisco responde que a SES tem plena ciência desse assunto e
169 diz que estão buscando medidas e soluções em todo o país para resolverem esses casos. Cláudio diz
170 que devem resolver quais índices eles devem avaliar, e diz que não existe um conhecimento
171 coletivo a respeito desses índices e que fica difícil de avaliar. Ele diz em outra questão sobre os
172 índices dos gastos efetivos, diz que a SES deve aplicar na prevenção, segundo ele os gastos seriam
173 menores ao fazerem isso. Ele diz que não consegue aceitar os números de 11% dos gastos da saúde,
174 e que isso já aconteceu no governo anterior, diz que tem muita coisa que não é gasto em saúde e
175 insiste que a SES deve deixar os dados abertos para a população. Célia diz que os indicadores
176 deveriam mostrar a situação real do que aconteceu na saúde, e lembra que eles devem aprovar esses
177 indicadores que foram apresentados. Francisco diz que esses indicadores são construídos para o
178 documento de relatório e não para o acompanhamento do controle social, diz que isso é feito em
179 todo o Brasil, diz que essa discussão pode ser iniciada mas seria mais adequada em âmbito Nacional.
180 Alexandra pede um esclarecimento dos indicadores que falam da Atenção Psicossocial, e que fosse
181 aberto o entendimento de cada um deles quais foram os seus investimentos. Aglaé explica na parte
182 dos indicadores, que um indicador mostra a medição de todo o acompanhamento na área
183 ambulatorial, e o seu aumento do acompanhamento dos CAPs e outras unidades, ela diz que o outro
184 indicador mostra no nível de internações e diz que os tratamentos dos transtornos diminuíram mas
185 aumentou o atendimento na área ambulatorial. Ela diz nos questionamentos de que estão gastando
186 pouco na atenção básica e mais nas ações de média e alta complexidade, diz que devem entender
187 que esse é um trabalho que demanda um tempo para ser revertido, e diz que estão com contratos
188 formalizados e que antes de alterarem o contrato devem ter uma avaliação de todos os valores dos
189 hospitais para terem certeza. Carolina, da Secretaria de Planejamento concorda na questão do
190 conselheiro Cláudio, e diz que os valores deveriam ser apresentados pela CAGE e não pela saúde.
191 Ela diz que o percentual é aplicado com os recursos do Estado e não federais, e diz que pra onde o
192 governo federal manda mais recursos eles precisam de menos recursos do tesouro do Estado. Ela
193 diz na parte das subfunções administrativas e vinculadas, é a maneira como é organizado e
194 executado o orçamento de todos os órgãos do governo, e diz que as subfunções vinculadas estão
195 ligadas a função saúde, e que as administrativas são vinculadas a outras funções orçamentarias. Ela
196 diz que não é necessariamente correto considerar essas diferenças entre a atenção básica e
197 assistência hospitalar, ela diz que a vigilância, a atenção básica e outras estão ‘escondidas’ em
198 algumas subfunções administrativas. Luiz Bolzan sugere um encaminhamento, de que seja

199 mandado um ofício para a CAGE, para que eles apresentem os dados em uma plenária futura. Célia
200 diz em relação ao que foi dito pelo Francisco, da tendência de diminuição de internações, ela diz
201 que vê uma diminuição no procedimento de diagnósticos e clínicos, e que segundo ela não estaria
202 dentro dessa tendência. Ela diz que faltou uma avaliação explicando se essa diminuição é de
203 demanda ou de capacidade de atendimento, e diz que esse tipo de avaliação teria que estar presente
204 no relatório. Ela pergunta na parte das auditorias onde fala dos processos, se cada um dos processos
205 diz respeito a um problema investigado, ou se pode conter um conjunto de problemas. Francisco diz
206 que esse documento não se propõe para esse nível de interpretação, e diz que teriam que montar
207 outra estrutura. Ele responde a dúvida sobre os processos que pode ser as duas coisas, diz que uma
208 denúncia gera um processo e uma avaliação de um hospital também, e diz que essa avaliação pode
209 ter vários problemas. Ele esclarece que o subfinanciamento do SUS é conhecido, diz que 167 per
210 capita por ano é das verbas estaduais. Ele diz que o país gasta menos de 500 dólares per capita por
211 ano para fazer um atendimento que está sendo proposto, e diz que outros países gastam muito mais.
212 Aglaé finaliza dizendo que esse relatório é apenas para a apresentação e que o que vai para votação
213 é o relatório anual, ela diz que nesse relatório não tem o SAMU e outros pois ele é um relatório de
214 padrão de comparação Brasil, ou seja vale para todo o país. Ela diz que terão uma oficina com todas
215 as regionais do Estado, e nesse momento de construção do Plano Estadual de Saúde poderão avaliar
216 e pactuar o que acharem necessário. Na pauta de assuntos gerais, Lotário diz que esteve
217 participando de movimentos sociais em uma caminhada em Brasília, diz que tentaram entregar um
218 abaixo-assinado com propostas de mudanças da reforma tributária e da reforma política, e várias
219 denúncias. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan
220 Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa
221 Diretora. Porto Alegre, 29 de outubro de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS